

A subjetividade do demonstrativo na mídia jornalística *

Cláudia Roncarati**
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Estudos anteriores sobre a variação do demonstrativo no português brasileiro atestaram que a oposição entre os valores proximais da 1ª pessoa (*este*) e os valores distais da 2ª pessoa (*esse*) está praticamente neutralizada na fala. A escrita, sujeita a pressões normativas, contudo, ainda tende a preservar tal distinção. Mas os resultados desta pesquisa, extraídos de dados da mídia jornalística escrita, sugerem que pressões do sistema e de ordem comunicativa, em contínua competição, estão atuando sobre um processo de subjetividade, indiciador da ingerência do enunciador na instância da enunciação, através do qual os valores distal e proximal dos demonstrativos vêm sendo alterados com de persuadir o leitor a aceitar a orientação argumentativa inscrita nos gêneros opinativos (editorial e colunas políticas).

Palavras-chave: Demonstrativo; fala e escrita; discurso jornalístico; subjetividade.

Abstract

According to former studies on the variation of the demonstrative in Brazilian Portuguese, the opposition between the proximate values of the 1st person (*este*) and the distant ones of the 2nd person (*esse*) is practically neutralized in the spoken speech. The writing, subjected to normative pressures, however, still tends to preserve such distinction. The results of this research, which database was extracted from the written news media, suggest that pressures of the system and communication purposes, in continuous competition, are yielding a subjectiveness process, which signals the intervention of the enunciator in the instance

* Recebido em 13 de outubro de 2008. Aprovado em 25 de outubro de 2008.

** Profa. Associada II, pesquisadora I do CNPq, Pós-Doutorado na Universidade de Califórnia, Santa Bárbara. É pesquisadora junto ao PEUL — Programa de Estudos sobre os Usos da Língua, UFRJ/UFF/UnB.

Dedico este artigo, com carinho e alegria, ao Prof. Luiz Antônio Marcuschi, grande amigo, mestre de todos nós e ser humano ímpar.

of the enunciation, modifying the distant and proximate values of the demonstrative due to rhetorical needs of persuading the reader to accept the argumentative orientation inscribed in the opinionated genres (editorials and political columns).

Key words: Demonstrative; speech and writing; journalistic discourse; subjectiveness.

Résumé

Des études antérieures sur la variation du pronom démonstratif dans le portugais brésilien ont montré que l'opposition entre les valeurs proches de la 1^{ère} personne (*este*) et les valeurs distantes de la 2^{ème} personne (*esse*) est fortement neutralisée dans la parole. L'écrit, susceptible de pressions normatives, garde encore cette distinction. Mais les résultats de cette recherche, issus des données de l'écriture des médias journalistiques, indiquent que les pressions du système et de l'ordre communicatif, en compétition continue, agissent dans un processus de subjectivisation indiquant l'ingérence de l'énonciateur dans le ressort de l'énonciation. Les valeurs distantes et proches des pronoms démonstratifs sont ainsi tournées par l'énonciateur afin de satisfaire le besoin rhétorique de persuader le lecteur à accepter l'orientation argumentative présente dans les genres d'opinion (l'éditorial et les colonnes politiques).

Mots-clé: Démonstratif; parole et écrit; discours journalistique; subjectivité.

Introdução

Neste artigo examino uma instigante tendência de emprego do demonstrativo como marca de subjetividade na mídia jornalística escrita. Inicialmente, estabeleço um confronto entre os usos do demonstrativo na fala e na escrita, para, em seguida, focalizar o processo de subjetividade à luz de alguns postulados funcionalistas e da teoria do texto sócio-interativamente concebida. Ao final, com base em evidências extraídas dos gêneros opinativos — editoriais e colunas políticas — destaco os aspectos mais relevantes associados a esse processo.

Em estudos anteriores (Roncarati 2003a,b,c), demonstrei que os valores *default* proximal/distal dos pronomes demonstrativos de 1^a p. e 2^a p., pautados em função da pessoa do discurso, já estão neutralizados na fala carioca.¹ A variação no emprego dessas formas só foi registrada

¹ Os resultados das pesquisas de Roncarati (2003a:140-141), pautados no construto do tempo aparente e do tempo real de curta duração, apontam uma tendência de reconfiguração dos domínios de referência dos demonstrativos, sugerindo um

em um único falante com mais de 48 anos e, note-se bem, no uso não prescritivo ou não-canônico das formas de 1ª p. (*este* em lugar de *esse*) em contextos enfáticos e contrastivos, ou seja, em contextos subjetivamente marcados pelo enunciador. Tal constatação levou-me a investigar se essa tendência também estaria ocorrendo na escrita, mais particularmente nos gêneros opinativos da mídia jornalística.

Na modalidade escrita, a oposição *default* ainda parece persistir, muito embora haja flutuação quanto ao uso normativo, flutuação esta possivelmente acentuada pela dificuldade em se recuperar, na escrita, um sistema contrastivo raramente observado na fala. Mas, se o usuário da língua ainda tende a preservar tal distinção na escrita, ele o faz ancorado no imaginário sobre o que seria esse tal uso normativo, evidenciando insegurança quanto às correlações entre o demonstrativo e a pessoa do discurso, às coordenadas espaciais (oposição entre entidades proximais/distais do enunciador) e ao tempo de enunciação (oposição entre momento presente, relativamente próximo, e momento passado ou distante da fala). Mesmo, por exemplo, na prosa acadêmica, em dissertações e teses, os universitários tendem a apresentar flutuação no uso dos demonstrativos, tal como demonstrou Benayon.²

deslocamento da propriedade semântica básica de centração no falante (perda de referência centrada na pessoa do discurso) e no contexto imediato, que vem provocando uma mudança encaixada no sistema dos demonstrativos: de um sistema tricotômico > um sistema dicotômico, assim configurado:

Sistema tricotômico	Sistema dicotômico
Formas de 1ªp. ~ formas de 2ªp. ~ formas de 3ªp.	Formas de 1ª e 2ª p. vs formas de 3ªp.

Na avaliação de Fiorin (2002b:267-268), a transição de um sistema tricotômico para um dicotômico vem alterando a doutrina tradicional, que recomenda o uso de *este* em função catafórica (que, ao anunciar o que será dito, indica algo que ainda está na situação de enunciação), de *esse* em função anafórica (que, ao assinalar o que acabou de ser dito, ainda está na situação de enunciação) e de *aquele*, em função anafórica (que sinaliza o que foi dito há algum tempo e que está em outro contexto). Para Fiorin, é a perda da distinção entre *este* e *esse* em função dêitica que leva à neutralização dessas formas em função anafórica, tornando o sistema dicotômico, e levando ao uso indistinto de *esse* e *este* para retomar o que se acabou de dizer. No entanto, assevera Fiorin, há casos marcados onde dificilmente se usaria *esse* no lugar de *este*: a retomada de dois termos, em que *este* se refere ao que foi dito por último e *aquele* ao que foi dito primeiro; a oposição entre *este/ aquele* iniciada pela conjunção coordenativa alternativa *ou* e, assim também, a retomada por enumeração em que o anafórico remete somente ao último membro da série.

² Refiro-me aqui ao estudo, por mim orientado, da bolsista de I.C./CNPq (pr.nº 520792/00-90), Aline Rodrigues Benayon, sobre "A variação dos mostrativos: um confronto entre a fala carioca e a prosa acadêmica", apresentado no XI Congresso da ASSEL-Rio em outubro de 2001 e na Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da Faculdade de Letras da UFRJ em março de 2002. Benayon estabeleceu interessante comparação

No entanto, há casos em que, na escrita, o emprego não-canônico do demonstrativo não pode ser somente imputado a essa flutuação ocasionada pela dificuldade de observância dos padrões normativos: trata-se da variação estilística praticada por escritores, já abonada por algumas gramáticas, como a de Bechara. Confira-se:

Na linguagem animada, o interesse do falante pode favorecer uma **aproximação figurada**, imaginária, de pessoa ou coisa que realmente se acham afastadas dos que falam. Esta situação exige *este*:

“Dói-me a certeza de que estou morrendo desde o primeiro dia da tua união com **este** homem... a certeza de que o hás de amar sempre, ainda que ele despreze como já te desprezou”. [CBR.1, 152]

Tal circunstância deve ter contribuído para o emprego de *este* como indicador de personagens que o escritor traz à baila.

“**Este** Lopo, bacharel em direito, homem de trinta e tantos anos, e sagaz até a protérvia, vivia na companhia do irmão morgado...” [CBR. 1, 149].

Por outro lado, cabe a **esse** a missão de afastar de nós pessoa ou coisa que na realidade se acham ou se poderiam achar próximas:

“Vês África, dos bens do mundo avara,

.....
Olha **essa** terra toda, que se habita

Dessa gente sem lei, quase infinita.”[LC1,X,92, apud AS]

Estas expressões não se separam por linhas rigorosas de demarcação: por isso exemplos há de bons escritores que contrariam os princípios aqui examinados e não faltam mesmo certas orientações momentâneas do escritor que fogem às perscrutações do gramático. (Bechara 2001:187-188).

Com base nesse conjunto de fatores, postulei uma hipótese preliminar de trabalho, com dois desdobramentos possíveis:

⇒ H₁: Ao escrever, o usuário da língua tenta (ou imagina) observar a oposição entre *este/esse*, mas, como tal distinção está

entre a variação dos demonstrativos na Amostra Censo (PEUL/UFRJ) e em dissertações e teses em Língua Portuguesa e Lingüística defendidas na UFF e na UFRJ. Os resultados tendem a confirmar a hipótese de que, nas teses, a atuação do orientador tende a ser menos normativa já que o doutorando desfrutaria de maior autonomia acadêmica e estilística, e, portanto, a variação dos demonstrativos apresentaria maior grau de afastamento das prescrições normativas do que nas dissertações, tendendo a favorecer o fortalecimento da expressão subjetiva do enunciador.

praticamente neutralizada na fala, ele apresenta flutuação no uso, demonstrando insegurança quanto ao emprego que considera padrão. Uma vez que a variação entre essas formas não é sujeita à estigmatização social nem à pressão escolar, tal fenômeno ou é pouco trabalhado ou sequer considerado pela escola. Estaria, então, essa variação na escrita em um estágio intermediário de mudança, flutuando de acordo com o padrão imaginário do falante?

⇒ H₂: O emprego de *este* ao invés de *esse* é regulado por fatores outros, de ordem comunicativo-pragmática, indiciando um processo de subjetividade?

Os resultados extraídos da análise de editoriais e de colunas políticas assinadas também flagraram o mesmo fenômeno já observado na fala: o uso de *este* onde se deveria usar *esse* evidencia uma marca de subjetividade e não somente falta de observância à norma escrita padrão.³

O que esses resultados sugerem, portanto, é que a correspondência que regula os usos dos demonstrativos em relação às categorias de pessoa, baseada no modelo icônico do falante como o ponto de origem (cf. Greenberg 1985:277), vem sendo desfeita por pressões de ordem comunicativa. Codificado como determinante de expressões referenciais, alocado à esquerda do núcleo (*'Esta questão é complexa'*), ou como núcleo nominal vazio (*'Esta é uma questão complexa'*), o pronome de 1ª p. assume função expressiva de escopar pontos de vista e atitudes do falante em relação àquilo que ele fala.

As evidências apontam, então, para a atuação de um *processo de subjetividade*, um dos principais mecanismos de mudança semântica, por meio do qual o enunciador codifica, interpreta e negocia suas atitudes e perspectivas relativamente aos conteúdos proposicionais e ao estado de coisas vigentes nos cenários interacionais. Esse processo, passível de ser codificado através de formas temporais e indicadores da dêixis (*este, aqui, agora* etc.), ao instaurar a presença do enunciador, expressa o alinhamento de enquadres argumentativos. Trata-se, conforme batiza Lakof (1974), da *'dêixis emocional'*, que instala no espaço enunciativo o eixo do envolvimento pessoal ou da empatia, singularizando uma determinada orientação argumentativa, intensificando-a ou individualizando-a através de um julgamento ou

³ Relembremos aqui que, muito embora alguns jornais se pautem por manuais de redação próprios, que recomendam os usos canônicos dos demonstrativos, a flutuação no uso persiste.

qualificação cognitiva de um estado de coisas, impondo, assim, condições de interpretabilidade em função de uma atitude intersubjetiva.

Na multifuncionalidade do demonstrativo como dêitico e fórico, observa-se, então, a transferência de um domínio concreto de sentido, egodeiticamente orientado, para um encaixamento em um domínio mais abstrato e possivelmente mais subjetivo.

O uso de *este*, reitero, sinaliza uma marca de subjetividade que envolve uma extensão semântica: da ancoragem dêitica no evento lingüístico a partir de coordenadas do enunciado > ancoragem no sistema de crenças e de atitudes do falante nas molduras interacionais.

A noção de subjetividade

Para melhor situar o processo de subjetividade através dos quais os sentidos mudam do que é dito para o que é significado, e passam a codificar não características do evento ou da situação concreta real, mas atitudes do sujeito falante no espaço enunciativo, torna-se necessário reconsiderar a tradicional noção de dêixis e da referenciação.

Segundo Teyssier, na terminologia tradicional, os dêiticos espaciais são os morfemas — demonstrativos e advérbios de lugar — através dos quais cada língua expressa a maneira como organiza o espaço:

As oposições ternárias *este/esse/aquele* e *aqui/aí/ali* implicam uma divisão do espaço em três domínios, e esses três domínios correspondem às três pessoas do verbo: *este* e *aqui* ao *eu* do locutor, *esse* e *aí* ao *tu* do alocutário, *aquele* e *ali* a um *ele* exterior aos interlocutores. Os três advérbios de lugar em *-i* correspondem a uma visão pontual, enquanto as duas formas em *a* (*cá* e *lá*) denotam uma visão extensiva onde o espaço está dividido em duas zonas opostas. *Acolá*, por sua vez, é no português comum apenas uma palavra bastante rara, que equivale a um *lá* reforçado. Assim é, portanto, atualmente, a *dêixis* espacial em língua portuguesa. Essa organização do universo espacial, simples em princípio, dá margem, na prática, a variações infinitas — por exemplo, quando é aplicada ao tempo e às noções abstratas — e permite numerosos efeitos dos discursos. (Teyssier 1990:3).

Para Lyons (1968:275), a dêixis (termo grego para ‘apontar ou ‘indicar’) é um termo técnico da teoria gramatical que se refere a traços orientacionais da língua relativos ao tempo e espaço do enunciado, compreendendo: quem está falando (categoria dêitica de pessoa), locação da situação enunciativa (categoria de espaço) e tempo do discurso (categoria de tempo). A dêixis contribui para sinalizar coordenadas espacio-temporais da enunciação lingüística no sentido de especificar a origem, dita essencialmente egocêntrica e antropomórfica, do sistema de coordenadas, com base em uma moldura de referência que emerge de uma complexa interação entre percepção, cognição e enquadres sócio-funcionais.

A concepção tradicional de dêixis, segundo Hopper (2003), estabelece que os significados primários e prototípicos dos dêiticos - localizar coisas e ações relativamente ao espaço físico do falante (espaço egótico) ou à situação da fala – envolvem:

- (i) foco em elementos concretos da situação da fala, tidos “como se” fossem elementos espaciais;
- (ii) extensões para funções metalingüísticas (discurso), tais como distinguir menções recentes daquelas menos recentes.

Para Hopper, os usos do demonstrativo são tidos como extensões secundárias de seu sentido espacial básico. Se eu digo “Este é bom”, em resposta a um dado enunciado, o termo *este* “aponta” de volta para o enunciado e se refere a ele “como se” fosse um objeto físico. Tal visão tradicional vem sendo recentemente desafiada por Hopper, para quem a dêixis espacial não é freqüentemente, ou talvez nunca, o sentido primário, prototípico, dos demonstrativos.

Para Hopper, a visão mais recente, baseada em textos e não em exemplos fabricados, é a de que a identificabilidade funciona no nível do discurso, não em termos do conhecimento de referentes do mundo-real. *O demonstrativo expressa acessibilidade social e cognitiva e não acessibilidade concreta.*

Conforme sugeri em Roncarati (2003b), a forma-fonte do demonstrativo não é uma construção lexical: do seu significado-fonte dêitico derivam marcadores gramaticais sujeitos a diferentes pressões e restrições discursivo-pragmáticas.

A tese de que o dêitico proximal dá origem a diferentes categorias gramaticais implica, por sua vez, o trâmite de um domínio concreto, espacial de sentido > encaixamento em um domínio mais abstrato. E justamente aí reside um aspecto interessante da

gramaticalização⁴ dos demonstrativos associado à mudança semântica. Traugott e König (1991:189) consideram que a gramaticalização também é associada ao aumento da subjetivização do envolvimento do falante, sendo previsível na seguinte direção: sentidos fundados na situação extralingüística ancorada na cena enunciativa > sentidos situados em situações extralingüísticas mais ou menos objetivamente identificáveis > sentidos situados na função textual fórica (conectivos, marcadores anafóricos, etc.) > sentidos situados na função expressiva, na atitude do falante, na crença sobre o que é dito, na perspectiva/angulação do foco estabelecido pela cognição sócio-avaliativa. Para Herring (1991:279), a subjetividade pode ser pensada como uma extensão de funções retóricas.

Traugott (1982:256), ao revisar a atuação dos processos semântico-pragmáticos nos estágios iniciais da gramaticalização, propôs que os sentidos com conteúdo proposicional (ou ideacionais, ao modo de Halliday e Hasan, 1976, em que se situam os elementos que mantêm uma relação direta com o mundo extralingüístico), podem assumir tanto sentidos textuais (em que os elementos envolvidos permitem o estabelecimento de coesividade) quanto sentidos expressivos (em que se englobam os elementos que exprimem atitudes pessoais do falante relativamente ao dito).

Trata-se, nos termos de Sweetser (1998:392), de mudar o esquema imagístico prevendo-se o seguinte trâmite: de um domínio concreto, espacial de sentido > para o encaixamento em um domínio mais abstrato e possivelmente mais subjetivo.

Os sentidos mudam, então, do *que é dito para o que é significado*.

É a partir dessa noção de subjetividade como um processo que pode estar sinalizando uma mudança semântica que considero que os usos de 1ª p. do demonstrativo (*este* em lugar de *esse*) estão deixando de ser regulados pela pressão normativa, passando, então, a sofrer a pressão de fatores comunicativos de efeitos retóricos, em um domínio textual possivelmente mais subjetivo.

Vejam agora a contribuição da teoria do texto de base sócio-interativa no tratamento da referência e da subjetividade na linguagem.

⁴ Consideramos aqui a gramaticalização “não no sentido estrito de evolução diacrônica, mas no sentido funcional de acionamento de possibilidades concomitantes, representativas de diferentes graus de coalescência semântica e/ou sintática na organização do enunciado. Mais do que evolução, o caráter gradual da gramaticalização representa escolhas entre construções, mais, ou menos, gramaticalizadas, entre paradigmas mais, ou menos, estabelecidos, entre itens que estão mais, ou menos, dentro da gramática” (cf. Neves; Braga 1988:194-195).

Nessa teoria, concebida no âmbito da chamada terceira geração da lingüística de texto, voltada para a postulação de *princípios de textualização* (ênfase no conjunto de condições que conduzem sócio-cognitivamente a produção de um evento interativo), desenvolvida, sobretudo por autores franco-suíços, e, entre nós, por Koch e Marcuschi (cf. 1998), as noções de dêixis, de referência e de subjetividade também vêm sendo revistas.

Nesse viés, a linguagem passa a ser vista como uma atividade sócio-cognitiva e a referenciação, um contrato discursivamente produzido. Os referentes são interpretados como objetos-do-discurso, entidades alimentadas e sancionadas pela atividade discursiva. Nesse sentido, a referenciação não possui um sentido imanente, fundado no caráter ostensivo (apontador) da realidade concreta e circundante: antes, ela instaura sentidos, enquadres que se reconfiguram continuamente nos cenários interacionais. Assim, segundo Marcuschi (2007:78), “a determinação dos dêiticos e das anáforas é uma atividade situada seja na *co-textualidade*, no *contexto situacional* ou num *contexto cognitivo*”.

Em consonância com essa visão, o sujeito é visto como aquele que ocupa um lugar no discurso e que se determina na relação com o outro, na clivagem da relação linguagem e história (cf. Marcuschi 2008:70).

Benveniste, ao tratar da subjetividade na linguagem, considera que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*: porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito do “ego” ”(1976:286). O “eu” se determina em relação ao “tu” e essa polaridade singular em si mesma, segundo Benveniste, não encontra nenhum equivalente fora da linguagem. Essa polaridade, contudo, não implica igualdade nem simetria: o *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu* e nenhum dos dois termos se concebe sem o outro, são complementares e ao mesmo tempo reversíveis (cf. Benveniste 1976:286-287). Complementa Marcuschi (2008:71), se “O *eu* fundamenta a consciência de si esta, como se viu, dá-se no contraste com um tu”, assim, “a *subjetividade nasce no seio da intersubjetividade*”.

Marcuschi (2007:96) sublinha ainda que essa noção de subjetividade se torna relevante na observação do funcionamento dos dêiticos e das categorias de lugar, tempo e pessoa e nos obriga a rever a maneira como se dá o processo de referenciação: “O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo” (Marcuschi 2007:96). Portanto, os processos referenciais têm de ser inseridos na atividade lingüística interativa, envolvendo a enunciação e a cognição.

Nesse sentido, os empregos da 1ª p. do demonstrativo sinalizando subjetividade nos remetem a um oportuno aspecto lembrado por Lahud (1979: 133): o fato de que eles têm como condição de uso justamente o contrário da egocentricidade. Ilustrando-nos em Benveniste (1976:286), podemos dizer que, ao marcarem a presença da subjetividade na língua, eles escopam a capacidade do enunciador de se propor como 'sujeito'. Logo, por hipótese, a instalação no enunciado do *eu* enunciador, ao criar efeitos de subjetividade, deslocaria o eixo da *egocentricidade* (da localização do falante no eixo espacial/temporal, a partir de um campo mostrativo — ponto dêitico, *origo* — (cf. Roncarati 2003b:146) para aquele da *subjetividade* (do *status* lingüístico da "pessoa") gerada no seio da intersubjetividade.

É a partir também dessa noção de subjetividade que considero que os usos do demonstrativo de 1ª p. sinalizam a instalação do "eu" na enunciação co-interativamente produzida.

Este como marca de subjetividade na mídia jornalística

Para obter o conjunto de evidências que me permitisse flagrar um processo de subjetivização do demonstrativo, examinei dados extraídos da amostra da mídia jornalística escrita do Projeto PEUL (*Programa de Estudos dos Usos da Língua*, UFRJ). O recorte da amostra consistiu de editoriais (18 do *Jornal do Brasil*, JB; 11 d' *O Globo*, GL; 09 do *Extra*, EX; 8 d' *O Povo*, PO) e de colunas políticas assinadas do *Jornal do Brasil* (15 de Dora Kramer, DC) e d' *O Globo* (06 de Helena Chagas, HC; 11 de Tereza Cruvinel, TC), publicados entre 1999 e 2003.⁵

Como variável dependente, elegi o uso alternante entre os demonstrativos de 1ª e 2ª p. Como variáveis independentes, considerei uma série de fatores,⁶ dos quais só vou comentar aqueles que mais

⁵ Cumpre explicar que os jornais *Extra* e *O Povo* não veiculam colunas políticas de articulistas.

⁶ Como variáveis independentes, considerei: emprego canônico x não-canônico; segmentação por tipo de jornal: *O Globo*, *Jornal do Brasil* x *Extra*, *O Povo*; gênero opinativo:editorial e coluna política; codificação do pronome: expressão referencial definida, nome-núcleo, advérbio de tempo, advérbio de lugar, pró-sentença e dêitico discursivo asseverativo (cf. Roncarati 2003b); tipo de expressão referencial definida: nome ilocucionário, nome de atividade linguageira, nome de processo mental, nome metalingüístico em sentido próprio, não se aplica (cf. Koch, 2002; Francis, 2003); função textual-interativa: delimitador de domínio, organizador textual, metaformativo, não se aplica (cf. Koch 2002; Maingueneau 1996; Almeida 2003); presença/ ausência de subjetividade; marcas de subjetivização: ênfase, crítica, denúncia, ironia, contraste, atributo predicativo, atributo apresentativo, contrajunção e assumpção de ponto de vista, imprimindo (re)orientações argumentativas, podendo co-ocorrer com modalização qualificadora e mecanismos de focalização, como clivagem, pseudoclivagem, construção

diretamente contribuíram para a explicar as ocorrências de *este* em vez de *esse*. Vale assinalar que os resultados quantitativos estão em Roncarati (2003c).

O confronto entre os gêneros opinativos — editorial e coluna política — permitiu-me coligir três tipos de evidência:

(i) o emprego canônico (*este* e *esse* em obediência aos cânones normativos) e não-canônico (*este* onde se deveria usar *esse*) no universo dos jornais examinados apresentou índices percentuais aproximados em ambos os gêneros, resultado este que atesta a não-influência do tipo de gênero opinativo e infirma hipótese inicial de que a segmentação do jornal em função do perfil sócio-econômico do leitor influiria na alternância entre formas canônicas e não-canônicas. O *Extra* destacou-se desse conjunto, apresentando a menor ocorrência de formas canônicas (42,85%), enquanto *O Povo*, contrariamente ao pressuposto, apresentou um índice de formas canônicas semelhante ao do *JB* e *d' O Globo* (75%).

(ii) o emprego não-canônico ainda é muito discreto nesses gêneros opinativos da mídia jornalística, sugerindo, portanto, que o processo de subjetividade de *este* é ainda muito incipiente. Confira-se:

Tabela 1- Frequência das formas canônicas e não-canônicas

<i>Tipo de gênero</i>	<i>Uso canônico</i>	<i>Uso não-canônico</i>
Editorial	75/ 104 = 72,11%	29/104 = 27,88%
Coluna política	75/ 110= 68,18%	35/ 110= 31,81%

(iii) os casos não-canônicos (emprego não abonado de *este* por *esse*) não evidenciam flutuação do sistema, mas apontam para pressões de ordem comunicativa favorecendo a intensificação da subjetividade. Essa evidência é pertinente, já que confirma a Hipótese₂ de que, nos gêneros opinativos da mídia jornalística investigados, o emprego do demonstrativo de 1ª p. indicia marcas de subjetividade, mas não revela flutuação segundo o imaginário da observância à norma escrita padrão.

Observem-se os efeitos de sentido suscitados pelo uso de *este* em um dos editoriais do *JB*:

é que, foco ser,etc. (cf. Hopper 2003; Almeida 2003). No presente artigo, procedemos a um recorte dos resultados, enfatizando somente os casos de subjetivização.

(1) O problema são os custos dramáticos da dieta de emagrecimento imposta pelo Copom. A economia brasileira está parada. Todos os indicadores de produção industrial apontam para baixo e a taxa de desemprego não pára de subir. *Este não é o ambiente ideal para um país que precisa absorver cerca de 1,5 milhão de jovens que batem às portas do mercado de trabalho todo ano.* O Brasil real vai mal. E o número de vítimas cresce a cada dia. (JB, O cavalo inglês, 22/05/03)

Aqui o emprego de *este* anafórico em desacordo com os cânones normativos intensifica o custo dramático, imposto pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, da manutenção da taxa de juros básica de 25,5% ao mês. O uso de *este*, em função resumitivo-avaliativa, singulariza a angulação adotada pelo editorial: trata-se de uma estratégia de aproximação e de intensificação e não de distanciamento do problema, que cria o efeito de tornar o problema mais presente na cena enunciativa e mais perto do leitor. O tom enfático, focal, é discursivamente coerente com a força ilocucionária pretendida pelo editorial: fornecer argumentos a favor da tese de que “existem obstáculos que só serão eliminados com a aprovação das reformas estruturais” e de que “a única saída para o Brasil é aprovar as reformas estruturais”.

Vejam os então o conjunto das evidências que sugerem um processo, ainda que muito discreto, de subjetividade de *este*. Por restrições de espaço, vou me ater somente àqueles resultados mais pontuais. Começarei pelos editoriais para, em seguida, focalizar as colunas políticas assinadas.

Nos editoriais, o índice de não-subjetividade (66,34%) equivale ao dobro do índice de subjetividade (33,65%). O editorial do *Extra*, no entanto, destaca-se desse quadro geral, apresentando maior presença de subjetividade (71,42%), sinalizando orientação argumentativa direcionada para denúncia ou absurdo de um estado de coisas, como ilustra o exemplo (2) que exhibe um interessante efeito de paralelismo formal (i.é. de uma forma não-canônica levando a outra não-canônica, ambas codificadas como expressões referenciais), que contribui para intensificar o teor com que a gravidade dos fatos foi expressa:

(2) Só há uma providência a ser tomada para que *um fato absurdo como este* não venha a se repetir aqui no Rio de Janeiro ou em qualquer outro lugar do país: apurar o que ocorreu nas dependências da casa de detenção e punir os responsáveis, verdadeiros carrascos travestidos de servidores públicos. Acobertar *um fato desta gravidade* é compactuar com a tortura. Foi-se o temo em que presídios e delegacias eram lugares onde se

perpretavam toda a sorte de barbáries (EX, Ataque e defesa, 06/09/03)

Outro resultado a ser destacado, nos editoriais, é o uso de *este* em função de demonstrativo predicativo ou identificador (na acepção de Diessel, 1999:79, inserido em uma oração do tipo equativo), em que a oração adjetiva contribui para melhor precisar o escopo do referente:

(3) Surgiram conflitos institucionais e pessoais, e não era possível esticar a corda por muito mais tempo. Esta é a origem do projeto de lei que mexe na essência das agências. Sem segredo para ninguém, o objetivo é limitar seus poderes e sua autonomia. (JB, Ajustes e excessos, 26/09/03)

(4) Os bandidos, que usavam armamento pesado, renderam os dois vigilantes e ainda fugiram com as chaves de um carro da Guarda Municipal, impedindo, assim, que fossem perseguidos. Este é um tipo de crime que ocorre com alguma frequência e deveria merecer mais atenção do Detran e das autoridades da área de Segurança. (EX, Ataque e defesa, 23/08/03)

Observe-se, como, em (5), a posposição enfática do demonstrativo contribui para intensificar a força ilocucionária e o efeito expressivo da declaração de posição da linha editorialista assumida diante da premência do estado de coisas em tela, acrescido ainda pelo sugestivo contraste implícito:

(5) O país está maduro para retomar questões essenciais como a reforma política, a reforma tributária, a revisão da legislação trabalhista e a complementação das mudanças na Previdência. A hora é esta. Será um erro esperar a posse do novo presidente. (JB. Margem estreita, 10/08/02)

Nos editoriais, registramos a ocorrência de *este* com outras marcas que contribuem para intensificar a subjetividade. *Este* co-ocorre com substantivos qualificados (cf. Neves 2000:505), caso em que o demonstrativo aparece acompanhado de modificadores axiológicos positivos ou negativos, tipificando o referente em tela e intensificando a avaliação subjetivizada (cf. Koch 2004:110):

(6) O Rio vem firmando-se na América Latina como a capital do esporte. A vitória para sediar o Pan-Americano de 2007, que

contará com a participação de 42 países reafirma *esta importante conquista*. (GL, Sem fundamento, 01/03/03)

Co-ocorre igualmente em construções pseudoclivadas que também contribuem para delimitar uma determinada esfera de domínio espaço-temporal, de ação ou orientação:

(7) *O que se pretende, a partir desta campanha, é tornar mais difícil a concessão do porte de arma*. Parte do pressuposto que pelo simples fato de estar armado, o cidadão está mais propenso a tomar uma atitude violenta. Pode até ser. (PO, Tem que desarmar o bandido, 16/09/03)

Passemos, agora, às evidências colhidas nas *colunas políticas assinadas*.

Nas colunas políticas, registram-se índices ligeiramente maiores de subjetividade (53,63% contra 46,37% de ausência). Esse resultado pode sugerir uma distinção entre os gêneros opinativos na mídia jornalística: diferentemente dos editoriais - cujas condições de produção se ancoram, entre outros fatores, na responsabilidade em conferir legitimidade (atribuída aos meios de informação pelo *status* e papel do órgão de informação compromissado em divulgar e fazer circular informações fidedignas), conquistar credibilidade (fator determinante sem o qual o público leitor deixa de crer nas informações veiculadas por considerá-las desacreditadas) e, assim também, defender a visão ideológica adotada pela empresa jornalística. É bem possível que os editoriais, carros-chefes da filosofia dos jornais, se pautem por um registro mais monitorado, sujeito à pressão normativa, já os articulistas das colunas políticas assinadas, provavelmente menos submetidos a essa pressão, parecem dispor de maior liberdade para empregar formas não-canônicas, incrementando, assim, o processo de subjetividade:

(8) *Ganhar sempre é muito, mas muito mesmo, melhor que perder*. Diz-se, inclusive, que feia é a derrota quando a beleza da vitória tem o dom de curar todas as feridas. Mesmo assim, é preciso saber perder e, sobretudo, esmerar-se na arte de bem-ganhar. A essa altura, *este aspecto do campeonato eleitoral* merece alguma atenção (JB, DK, Dom de ganhar, arte de perder, 18/10/02).

(9) *E se tudo não passar de uma discussão sobre o sexo dos anjos? E se no fundo todo este estresse* provocado pela

regulamentação do tal artigo 192 da Constituição for produto de um equívoco jurídico-político? (GL, TC, Batalha de Itararé, 30/03/03)

Nas *colunas de opinião*, Dora Kramer foi a articulista que mais empregou o *este* como marca de subjetividade (18,18%, contra 11,8% de Tereza Cruvinel e somente 1,81% de Helena Chagas), fato este que talvez reflita o efeito de uma variável estilística de assumpção de pontos de vista um pouco mais contundentes:

(10) Choca, mas não surpreende o resultado da pesquisa do instituto Vox Populi que mostra o crescente apoio à instituição da pena de morte como solução para a violência. Da mesma forma não causa espécie o fato de a defesa dessa saída ganhar maior apoio entre os mais ricos e menor apoio entre os mais pobres. *Estes* já convivem com a pena de morte em seu dia-a-dia e por causa disso mesmo devem suspeitar fortemente do que seria o estrato social sobre o qual recairiam com mais vigor os rigores da institucionalização da lei que na selva das periferias, dos morros, das encolhas e dos grotões vigora à lara e à vera. (JB, DK, Um mal de raiz, 17/11/99)

Observe-se em (10) o uso canônico do pronome em “causa espécie o fato de a defesa *dessa* saída” e o uso não-canônico de *estes*, cuja saliência provém do forte teor de subjetividade com fins retóricos.

Tal como nos editoriais, os demonstrativos também co-ocorreram com substantivos qualificados:

(11) Serra faz uma conta simples e objetiva: se ganhar, o prêmio é baixo; se perder, o custo do castigo é altíssimo. Dito assim *com esta clareza*, os possíveis parceiros já se convenceram de que não há volta, não adianta insistir (JB, DK, Serra sepulta projeto prefeitura).

Neves (2000:505) menciona o caso em que o demonstrativo, usado junto de adjetivos qualificadores disfóricos, faz uma referência desairosa ou irônica ao referente em questão. Nosso *corpus* registrou uma ocorrência, mas com o pronome em sua forma canônica:

(12) Entre outras barbaridades, afirmou que o governo declara ser parceiro político das Farcs colombianas, além de ter uma aliança com Muamar Kadafi, *esse* *traficante de mulheres*. (GL, TC, Uma voz da direita, 01/03/03)

Note-se que, se (12) fosse parafraseado por “*aquele* traficante de mulheres”, a cena enunciativa não somente seria deslocada fora do espaço da situação enunciativa, mas também remeteria a um tipo de demonstrativo recognitivo (cf. Diessel 1999:7), que implica a ativação de informação compartilhada inscrita na memória episódica. Se fosse parafraseado por “*este* traficante de mulheres”, no entanto, revelaria, segundo sugere Fiorin (1999:26), o interesse particular do enunciador no evento, tornando-o mais presente na cena enunciativa.

Nas colunas políticas, *este* também foi utilizado como um demonstrativo predicativo ou identificador, acompanhado por uma oração adjetiva:

(13) *Este é o programa do intervalo que precederá a entrada das reformas em pauta, ao longo da qual o governo precisará manter-se aquecido e em boa forma (GL, TC, Próximos desafios, 05/04/03)*

Uma outra evidência digna de nota é o uso de demonstrativo, tanto nas colunas políticas quanto nos editoriais, funcionando como um *rótulo retrospectivo avaliativo*, que, na acepção de Francis, indicia subjetividade, criando efeitos argumentativos:

[...] um rótulo retrospectivo não necessariamente se refere a uma extensão de discurso claramente delimitada ou identificável: nem sempre é possível decidir onde se encontra o limite inicial de sua base de referência. Isto pode ser explicado em termos da função coesiva intrínseca dos rótulos retrospectivos: eles são usados, como o *esta* anafórico, para dizer ao leitor para seccionar em sua mente o que veio antes. A extensão precisa do discurso a ser seccionada pode não importar: é a mudança de direção assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso. Pode-se mesmo argüir que uma indistinção referencial deste tipo pode ser usada estrategicamente pelo escritor para efeitos criativos ou persuasivos, talvez dando escopo para diferentes interpretações ou ofuscando as linhas de argumentos artificiosos ou espúrios (Francis 2003:200-201).

Os rótulos retrospectivos constituem um tipo de pró-forma (enquanto um remissivo) e adquirem significado interpessoal, adicionando novos aportes à direção argumentativa, já que indicam a avaliação do enunciador acerca das proposições que encapsulam. Os nomes que os codificam podem assumir valoração positiva ou negativa, sinalizando, por

exemplo, envolvimento ou distanciamento, conforme o co-texto em que se inserem (cf. Francis 2003:211). Os itens lexicais que os codificam, em geral, são nomes abstratos, como *afirmação, crença, ponto de vista, idéia, opinião*.

Nos editoriais e colunas políticas, encontrei rótulos retrospectivos avaliativos em função predicadora, mas em que o demonstrativo foi preferencialmente empregado em sua forma canônica:

(14) *Essa é a opinião de muitas autoridades do governo, embora houvesse ontem o consenso de que não deve haver lacuna na ajuda federal, até que se encontre outra forma de ação.* (GL, TC, Depois do carnaval, 06/03/93)

(15) *Essa era a discussão que acontecia ainda no início da noite no Planalto, tendo como premissa a permanência da ajuda federal, que já teria produzido sinais de aprovação popular.* (GL, TC, Depois do carnaval, 06/03/93)

(16) *Esse ponto de vista é sustentado por um de seus vice-líderes na Câmara, Sigmaringa Seixas (PT-DF).* (GL, TC, Batalha de Itararé, 30/03/03)

Dentre os rotuladores avaliativos, também registramos, nas colunas políticas, um tipo de delimitador de domínio, que explicita o âmbito dentro do qual o enunciado se verifica (cf. Koch 2002:135) e que, para Almeida (2003:58-9), impõe um estreitamento de esfera de domínio espaço-temporal, imprimindo uma certa orientação a ser seguida relativamente ao conteúdo proposicional veiculado. Aí estariam incluídas expressões como *neste sentido, neste caso, sob este ângulo*:

(17) *Por esta ótica,* decisões de integrar o novo governo é que deveriam ser postas em análise. (JB, DK, É proibido proibir, lembra? 17/10/02)

(18) *Por este raciocínio,* seria então, desnecessária a adesão consubstanciada em cargos. (JB, DK, FH quer tucano na oposição, 25/10/02)

(19) A Câmara acaba de suprimir a confirmação, *por esta via,* da lei do desarmamento. (GL, TC, Depois do carnaval, 06/03/03)

(21) *Neste aspecto,* lembrava como havia sido nefasto para o partido a prévia de 2002 entre Olívio Dutra e Tarso Genro em Porto Alegre. (JB, DK, O palanque dos dissidentes, 23/09/03)

Nas colunas políticas, registramos, também, a posposição enfática de *este*, acompanhado com nomes de processo mental (cf. Koch 2002:97):

(22) O candidato [Lula] ficou de pensar. *Reflexão esta que não pode deixar de levar em conta* que a crise de confiança no Brasil inteiro começou em janeiro de 1999, quando Itamar decretou a moratória de Minas. (JB, DK, Fatura antecipada, 17/10/02)

Um último aspecto a ser destacado é a co-ocorrência de *este* com o marcador asseverativo *sim*, o qual contribui para reforçar o teor de subjetividade, trazendo o leitor para mais perto do espaço da situação enunciativa:

(25) Agora, Planalto e Ministério da Justiça precisam urgentemente tirar os traficantes da pauta e enquadrar os governadores para viabilizar o sistema único de segurança – esta, sim, a questão substantiva nessa conversa toda (GL, HC, Clima azedo no Rio II, 24/04/03).

Considerações finais

No universo examinado, o emprego de *este* em lugar de *esse* sugere a atuação, ainda bastante incipiente, de um processo de subjetividade de ordem semântico-pragmática, com tendência a intensificar a ingerência do enunciador na instância da enunciação, para fins de necessidades retóricas de persuadir o leitor a aceitar a orientação argumentativa inscrita nos gêneros opinativos (editorial e colunas políticas). Em outras palavras, o demonstrativo de 1ª p., em seu uso não-canônico, pode estar funcionando a serviço de fins expressivos, que, muito embora não modifiquem o valor factual dos enunciados, contribuem para apontar nichos argumentativos no domínio do discurso jornalístico, balizando a linha editorial adotada pelo jornal e angulando as atitudes dos articulistas políticos na arena interacional da produção de efeitos de sentido.

Referência Bibliográfica

- ALMEIDA, Manoel de Carvalho. 2003. *A multifuncionalidade da clivagem na fala e na escrita*, 294 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- BECHARA, Evanildo. 2001. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BENVENISTE, Émile. 1976. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP.
- DIESSEL, Holger. *Demonstratives: form, function, and grammaticalization*. 1999. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- FIORIN, José Luiz. Discurso e categorias de enunciação. 1999. *Estudos Lingüísticos XXVIII*, São Paulo, (28): 16-29.
- _____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2002b. 2. ed. São Paulo: Ática.
- FRANCIS, Gill. 2003. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. p.191- 228.
- GREENBERG, Joseph H. 1985. Some iconic relationships among place, time, and discourse deixis. In: HAIMAN, J. *Iconicity in syntax*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. p. 271-287.
- HALLIDAY, Michael Alexander; HASAN, Ruqaiya. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman.
- HEINE, Bernd et al. 1991. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- HERRING, Susan C. The grammaticalization of rhetorical questions in Tamil. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v.1, 1991. p. 253-284.
- HOPPER, Paul. *Parts of speech*. Curso ministrado durante o XVI Instituto Internacional de Lingüística da ABRALIN, 10 a 22 de março de 2003, Faculdade de Letras, UFRJ. Mimeografado.
- _____.; TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. 2002. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- _____. A perspectiva da lingüística textual. 2004. In: BASTOS, N. B. (org.). *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC. p. 99-113.
- _____.; MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1998. *Processos de referenciação na produção discursiva*. D.E.L.T.A, (14): 169-190.
- LAKOFF, Robin. 1974. Remarks on this and that. In: LEGALY, M.; FOX, R.; BRUCK, A. (ed.). *Papers from the Tenth Regional Meeting of the*

- Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago Linguistics Society. p. 345-356.
- LAHUD, Michael. 1979. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática.
- LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. 1968. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1996. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- _____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2000. São Paulo: Editora UNESP.
- _____.; BRAGA, Maria Luiza. 1998. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição. *D.E.L.T.A.*, v. 14, p. 191-208. Edição especial.
- RONCARATI, Cláudia. 2003a. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (org.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ. p. 139-157.
- _____. 2003b. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro — contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Ed. 7 Letras. p. 144- 159.
- _____. 2003c. *A dêixis: domínio e princípios atuantes de uso*. Relatório final de pesquisa, vinculado ao Projeto 'Princípios atuantes no uso: tensão e sistematização', apresentado ao CNPq, pr. nº 350076/92-8, período de 07/02 a 04/03/2003.
- SWEETSER, Eve. 1988. Grammaticalization and semantic bleaching. In: *Berkeley Linguistics Society, Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting*. p. 389-405.
- TEYSSIER, Paul. 1990. Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. In : *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, Universidade de Paris XIII nº 6 1981, p. 5-39. Tradução: Márcia Jotha Mattos. Revisão: Mirian Therezinha da Matta Machado.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. 1982. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. p. 245-271.
- _____.; KÖNIG, Ekkehard. 1991. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). 1991. *Approaches to grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v.1.